



O censo escolar do Distrito Federal vai mostrar o comportamento da realidade educacional e demográfica

SEC realizará censo escolar

A Secretaria de Educação e Cultura e Fundação Educacional, realizarão, no próximo ano, um novo censo escolar, nos mesmos moldes daquele que foi realizado em 1975, com o objetivo de acompanhar o comportamento da realidade educacional e demográfica do Distrito Federal, considerando suas peculiaridades relacionadas com as variáveis migratórias. Esta informação está contida em documento analítico da educação no Distrito Federal, apresentado recentemente pelo Embaixador Vladimir Murtinho a educadores de todo o País.

O trabalho mostra que o setor educação no Distrito Federal está cada vez mais a exigir recursos mais vultosos e soluções práticas para os seus problemas que de certa forma diferem daqueles registrados em outras regiões do país. Tais peculiaridades do setor no Distrito Federal, podem ser facilmente identificadas se tomarmos como base a evolução histórica da educação no DF.

Os números indicam que quando da inauguração da capital, a média brasileira era de 10,5% da população em escolas primárias, enquanto que aqui apenas 5% frequentava escola primária, colocando o Distrito Federal em penúltimo lugar no conjunto das Unidades da Federação. No então curso ginásial a situação era idêntica, pois enquanto que em todo o País 1,3% da população frequentava ginásios, no Distrito Federal, apenas 0,5% tinha esse privilégio.

Passada uma década, em 1970, verifica-se que a população brasileira cresceu a uma taxa geométrica de incremento anual de 2,9%, enquanto no Distrito Federal essa taxa foi de 14,4% ao ano. Assim, a população brasileira cresceu em 33,17% em dez anos enquanto a do Distrito Federal crescia 284% no mesmo período. Não obstante esse crescimento explosivo, em 1970 o Brasil tinha 13,9% de sua população em escolas primárias, e o Distrito Federal, 14,5%; no curso ginásial o Brasil contava com 3,7% de sua população e o Distrito Federal com 7,5%, taxa mais alta do País, seguindo-se São Paulo, com 6,1%.

Durante dez anos a Capital enfrentou o problema de expansão quantitativa de uma forma muito mais absorvente do que a colocada para qualquer sistema estadual. Basta observar que de 1960 a 1970, a matrícula do ensino primário cresceu em 72% em todo o País, e em 1.013% na Capital. Por sua vez a matrícula do ensino ginásial expandiu-se em 278% no Brasil e em 6.155% no Distrito Federal. Nos anos imediatamente subsequentes a 1970, não apenas tratou-se de recuperar os déficits de escolarização como cuidou-se de preparar a implantação da reforma do ensino, que estava em gestação, na época, iniciando-se, em 1972 sua adoção com todos os seus desafios".

Segundo o Embaixador Vladimir Murtinho, num período mais recente, observa-se que a crescente pressão do

problema quantitativo diminuiu re- vigorando-se a atuação nos aspectos qualitativo do ensino. No Censo Escolar de 1978, as autoridades do setor esperam alcançar 95% de escolarização em todo o Distrito Federal, o que o coloca numa situação privilegiada em relação ao resto do País.

RENDIMENTO ESCOLAR

O acompanhamento sistemático da eficiência da rede oficial de ensino no Distrito Federal, no que se refere ao rendimento escolar, indica que no período 1972/76 a evasão média foi de 7,1% sobre a matrícula inicial, com discretas variações, enquanto que a reprovação atingiu níveis superiores a 20%, alcançando 25,5% em 1973, representando perda quase três vezes maior do que a evasão.

Os problemas, porém, não se apresentam de forma homogênea em todas as séries. A primeira série tem sempre apresentado as taxas mais baixas de promoção, acompanhada a certa distância pela segunda. As demais oscilam em torno de 80% de aprovados. No ano passado foi concluído estudo sobre o custo de cada aluno para a rede oficial, nos ensinos de 1º e 2º graus.

Computadas as informações, o custo total do aluno/ano de primeiro grau da rede oficial foi de Cr\$ 1.665,00 por aluno matriculado e de Cr\$ 2.325,00

por aluno aprovado, a preços correntes de 1975. O custo fixo, representado por uso de capital, foi de 11,7%, enquanto as despesas correntes foram de 88,3%. No segundo grau o custo total do aluno/ano foi de Cr\$ 3.914,00 por aluno matriculado e de Cr\$ 4.997,00 aprovado, sendo 9,5% de custo fixo e 90,5% de despesas correntes.

No que se refere à média de idade, observa-se que de 1968 a 1976 reduziu-se em um ano a média de idade na primeira e segunda séries, em 0,8 ano na 3ª em 0,6 ano na quarta. O esforço tem sido consideravelmente grande se for observado que a matrícula dessas 4 séries cresceu em mais de 140% no período 75/76, principalmente nas cidades-satélites.

Para melhor visualização do problema observa-se a primeira série, onde houve um rebaixamento de dois décimos de anos de idade entre 1974 e 1976. Contudo, o desempenho da rede oficial não foi homogêneo no Distrito Federal em nenhuma das ocasiões nem entre as áreas. Se, no conjunto, houve a baixa de dois décimos, em Brasília Sul houve acréscimo similar, e, em Brasília Norte e Cruzeiro houve acréscimo de 3 décimos. No quadro geral, contudo, a melhoria é sensível.

Nessa preocupação de voltar-se para os aspectos qualitativos do ensino no Distrito Federal, a Secretaria de Educação e Cultura e Fundação Educacional empenham-se na identificação de fatores que impedem a promoção normal do aluno.